



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
Casa de Félix Araújo

Gabinete do Vereador Pr. Luciano Breno

PROJETO DE LEI Nº _____/2021

EMENTA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR E ESTABELECEER AS DIRETRIZES DE ATUAÇÃO DA "PATRULHA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE" NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - A "Patrulha da Criança e do Adolescente" é o serviço de patrulhamento que será executado pela Guarda Municipal de Campina Grande, nos atendimentos às crianças e jovens, no Município de Campina Grande/PB e será regido pelas diretrizes dispostas nesta Lei e na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Parágrafo único: O patrulhamento tem como objetivo garantir a efetividade do Estatuto da Criança e do Adolescente integrando ações e compromissos, promovendo a efetividade da segurança para tais indivíduos pelo Poder Público Municipal, seja ela no âmbito doméstico, da escola, no ambiente de trabalho, praças públicas, áreas de recreação, no combate à violência contra esse grupo vulnerável contando com o serviço da Guarda Municipal de Campina Grande.

Art. 2º - As diretrizes de atuação da "Patrulha da Criança e do Adolescente" são estabelecidas como:

I – Instrumentalização da Guarda Municipal de Campina Grande no campo de atuação no Estatuto da Criança e do Adolescente;

II – Capacitação dos guardas municipais e dos demais agentes públicos para atuarem nesse patrulhamento específico, visando o correto e eficaz atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, familiar, escolar ou em locais de aglomeração, com o objetivo de prestar atendimento humanizado e qualificado;

III – Atuação com a aprimoração constante na qualificação técnica pelo Município no controle, acompanhamento e monitoramento dos casos de violências contra a criança e adolescente, de modo a reduzir a incidência desse tipo de ocorrência;



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
Casa de Félix Araújo

Gabinete do Vereador Pr. Luciano Breno

IV – Garantia do atendimento humanizado e inclusivo às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade ou violência onde houver medidas protetivas, observando os princípios da dignidade da pessoa humana, da não discriminação e da não revitimização;

V – Corresponsabilidade entre os Entes Federados. Parágrafo único: “A Patrulha da Criança e do Adolescente” atuará na proteção, prevenção, monitoramento e acompanhamento das crianças e adolescentes vítimas de violência urbana e doméstica, bullying, qualquer espécie de discriminação e violação aos direitos humanos, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente buscando assegurar medidas para a proteção desse grupo vulnerável.

Art. 3º - A “Patrulha da Criança e Adolescente” terá o apoio do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente da região de ocorrências e da Assistência Social do Município.

Parágrafo único: As ações, forma de atendimento e organização interna da “Patrulha da Criança e do Adolescente” serão definidas mediante protocolos de atendimento, definição de normas técnicas e a padronização de fluxos entre os Órgãos que executam e apoiam o referido patrulhamento, como também, demais parceiros responsáveis.

Art. 4º- A Secretaria Municipal de Social e o Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de Campina Grande/PB poderão, mediante articulação com Órgãos Públicos do Estado e do Poder Judiciário, definirão atos que garantam a execução das ações da “Patrulha da Criança e Adolescente”.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Campina Grande “Casa de Félix Araújo”, em 02 de dezembro de 2021.


Pr. LUCIANO BRENO
Vereador/PP



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
Casa de Félix Araújo

Gabinete do Vereador Pr. Luciano Breno

JUSTIFICATIVA:

**Senhoras Vereadoras,
Senhores Vereadores,**

A OMS, em 1948, definiu que a saúde é o completo estado de bem estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença. Observa-se que saúde é definida como qualidade de vida, dependendo de muitos fatores, como condições sociais, históricas, econômicas e ambientais nas quais o indivíduo se encontra. O estado de vulnerabilidade de muitas crianças e adolescentes no Brasil contradiz essa definição, uma vez que afeta diretamente a qualidade de vida dos cidadãos.

Existem componentes importantes para avaliar as condições de maior ou de menor vulnerabilidade social, individual ou coletiva. Entre esses componentes podem ser citados: o acesso aos meios de comunicação, a escolarização, a disponibilidade de recursos materiais, a autonomia para influenciar nas decisões políticas e a possibilidade de enfrentar barreiras culturais e de estar livre de coerções violentas ou poder defender-se delas.

O projeto de lei tem como objetivo proteger as vítimas de violência doméstica que vivem sob ameaça. As crianças e adolescentes que vivem, em condições de vulnerabilidade com o apoio da Guarda Municipal de Campina Grande e do conselho Tutelar da Criança e do Adolescente. Esse projeto prevê que as crianças e adolescentes tenham sua dignidade e integridade protegidas.

Esse aspecto, aliás, vem se revelando uma dificuldade adicional na aplicação das garantias previstas na lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente, uma vez que a Lei não dispõe de instrumentos para fiscalizar o cumprimento das medidas que são determinadas em favor das vítimas, muitas vezes, nos momentos mais críticos de suas vidas. Por estas razões, conclamo os nobres parlamentares a aprovarem esta iniciativa.

Pr. LUCIANO BRENO
Vereador/PP